



Comentários à Prova de Direitos Humanos e Cidadania

provas em 29.06.2015

Questão – CESPE/DEPEN – Direitos Humanos e Cidadania – Agente Penitenciário Federal – 2015

Tendo em vista que o Decreto nº 8.243/2014 instituiu a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS) e que, conforme o texto legal, o objetivo da PNPS consiste em fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil, julgue os itens seguintes.

Desigualdades sociais e regionais explicam o fato de a PNPS e o SNPS terem excluído a Internet e as tecnologias de comunicação e informação do processo de organização de consultas públicas no seu âmbito temático.

Comentários

Essa primeira questão poderíamos resolvê-la apenas com o bom senso. Menciona a assertiva que o PNPS e o SNPS excluíram o meio de comunicação *internet* e as tecnologias de comunicação e informação nas consultas públicas.

Como bem sabemos, em razão do avanço da informatização, o processo é justamente o inverso. Cada vez mais, os instrumentos de informatização têm sido empregados nos diversos processos públicos, inclusive em relação às consultas públicas.

A justificar essa conclusão, nota-se que um dos objetivos do PNPS é justamente incentivar o uso e desenvolvimento da internet e suas tecnologias. Vejamos o art. 4º do Decreto nº 8.243/2014.

*Art. 4º São **OBJETIVOS** da PNPS, entre outros: (...)*

*VI - **incentivar o uso e o desenvolvimento** de metodologias que incorporem múltiplas formas de expressão e linguagens de participação social, por meio da **internet**, com a adoção de tecnologias livres de comunicação e informação, especialmente, softwares e aplicações, tais como códigos fonte livres e auditáveis, ou os disponíveis no Portal do Software Público Brasileiro;*

Em relação às consultas públicas, um dos seus objetivos é justamente a utilização da internet:

Art. 17. As **CONSULTAS PÚBLICAS** devem observar, no mínimo, as seguintes diretrizes:

III - utilização da **internet** e de tecnologias de comunicação e informação;

Portanto, a assertiva está **incorreta**.

Questão – CESPE/DEPEN – Direitos Humanos e Cidadania – Agente Penitenciário Federal – 2015

Tendo em vista que o Decreto nº 8.243/2014 instituiu a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS) e que, conforme o texto legal, o objetivo da PNPS consiste em fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil, julgue os itens seguintes.

A PNPS parte do pressuposto de que a participação social é simultaneamente um direito do cidadão e uma forma de expressão de sua autonomia.

Comentários

O assunto cobra, em verdade, as diretrizes do PNPS. Embora a assertiva fale em “pressuposto” ao invés de “diretrizes”, não há como considerá-la incorreta.

DIRETRIZES DO PNPS

- direito do cidadão
- complementariedade, transversalidade e integração
- solidariedade, cooperação e respeito à diversidade
- direito à informação, transparência e controle
- valorização da educação
- autonomia da sociedade civil
- ampliação dos mecanismos de controle social

Vejamos:

Art. 3º São **DIRETRIZES** gerais da PNPS:

I - reconhecimento da **participação social como direito do cidadão e expressão de sua autonomia**;

Segundo o dicionário, o vocábulo diretriz significa “linha a que se deve subordinar a direção de outras linhas ou a de alguma superfície”. Define-se também como uma “norma, indicação ou instrução que serve de orientação”.

Já em relação ao termo “pressuposto” refere-se “àquilo que se pretende atingir” ou a “circunstância ou fato que é considerado um antecedente necessário de outro fato ou circunstância”.

Desse modo, podemos afirmar que as diretrizes do PNPS são situações ou objetivos que se pretende atingir, entre elas o reconhecimento da participação social como direito do cidadão e expressão da sua autonomia.

Logo, a assertiva está **correta**.

Questão – CESPE/DEPEN – Direitos Humanos e Cidadania – Agente Penitenciário Federal – 2015

Tendo em vista que o Decreto nº 8.243/2014 instituiu a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS) e que, conforme o texto legal, o objetivo da PNPS consiste em fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil, julgue os itens seguintes.

Nos termos da PNPS, a sociedade civil é formada pelo cidadão, pelos coletivos e pelos movimentos sociais institucionalizados ou não institucionalizados, suas redes e suas organizações.

Comentários

Tranquila essa assertiva, que cobrou o conceito de “sociedade civil”, nos termos do art. 2º do Decreto:

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se:

*I - **sociedade civil** - o **cidadão, os coletivos, os movimentos sociais institucionalizados ou não institucionalizados, suas redes e suas organizações;***

Logo, está **correta** a assertiva.

Questão – CESPE/DEPEN – Direitos Humanos e Cidadania – Agente Penitenciário Federal – 2015

Tendo em vista que o Decreto nº 8.243/2014 instituiu a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS) e que, conforme o texto legal, o objetivo da PNPS consiste em fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil, julgue os itens seguintes.

Entre os objetivos da PNPS, inclui-se o desenvolvimento de mecanismos de participação social acessíveis aos grupos sociais historicamente excluídos e aos vulneráveis.

Comentários

A assertiva está **correta**. De acordo com o Decreto nº 8.243/2014 no art. 4º, VII:

*Art. 4º São **OBJETIVOS** da PNPS, entre outros: (...)*

*VII - **desenvolver mecanismos** de participação social acessíveis aos grupos sociais historicamente excluídos e aos vulneráveis;*

Questão – CESPE/DEPEN – Direitos Humanos e Cidadania – Agente Penitenciário Federal – 2015

Tendo em vista que o Decreto nº 8.243/2014 instituiu a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS) e que, conforme o texto legal, o objetivo da PNPS consiste em fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil, julgue os itens seguintes.

Ao se consolidar, o SNPS resultará na extinção das câmaras municipais e na substituição do vereador pelo integrante da comissão de políticas públicas.

Comentários

Novamente estamos diante de uma questão que o “bom senso” permite resolvê-la. Fala-se em extinção das câmaras municipais e substituição dos vereadores pelas comissões de políticas públicas. Evidentemente que tal informação estaria incorreta.

Entre as formas de participação social está a constituição das comissões de políticas públicas que constitui **instância colegiada** temática, instituída por ato normativo, criada para o **diálogo entre a sociedade civil e o governo** em torno de objetivo específico, com prazo de funcionamento vinculado ao cumprimento de suas finalidades.

Vejam os:



Em momento nenhum há referência à extinção das câmaras municipais ou substituição dos vereadores pelos membros das câmaras. Logo, a assertiva está **incorreta**.

Questão – CESPE/DEPEN – Direitos Humanos e Cidadania – Agente Penitenciário Federal – 2015

Consensualmente considerada um prolongamento natural da Carta da Organização das Nações Unidas (ONU, 1945), a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi aprovada pela Assembleia-geral da ONU em 1948 (Resolução 217-A). O documento reflete o desejo de paz, justiça, desenvolvimento e cooperação internacional que tomou conta de quase todo o mundo após duas grandes guerras no espaço de apenas duas décadas. Com relação a esse assunto, julgue os itens que se seguem.

A liberdade de pensamento e de expressão e a liberdade de religião constituem pilares da DUDH.

Comentários

Sobre o assunto, a DUDH disciplina dois artigos:

Artigo XVIII

Toda pessoa tem ***direito à liberdade de pensamento, consciência e religião***; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

Artigo XIX

Toda pessoa tem ***direito à liberdade de opinião e expressão***; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

Notem que os consectários do princípio da liberdade, quais sejam: liberdade de expressão, de pensamento e de religião são previstos na DUDH. Evidentemente que os direitos de liberdade são um dos pilares mais importantes da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Os direitos de liberdades, direitos de primeira dimensão, juntamente com os direitos relacionados à igualdade constituem a base da DUDH.

Logo, a assertiva está **correta**.

Questão – CESPE/DEPEN – Direitos Humanos e Cidadania – Agente Penitenciário Federal – 2015

Consensualmente considerada um prolongamento natural da Carta da Organização das Nações Unidas (ONU, 1945), a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi aprovada pela Assembleia-geral da ONU em 1948 (Resolução 217-A). O documento reflete o desejo de paz, justiça, desenvolvimento e cooperação internacional que tomou conta de quase todo o mundo após duas grandes guerras no espaço de apenas duas décadas. Com relação a esse assunto, julgue os itens que se seguem.

Conforme a DUDH, compete aos governos, não a grupos sociais ou pessoas individualmente, assegurar o reconhecimento e a observância de seus dispositivos.

Comentários

A assertiva está **incorreta**. Não há expressamente um dispositivo que justifique o erro desta assertiva. Ela exige raciocínio.

Vejamos, a DUDH no preâmbulo atribui a responsabilidade de assegurar os reconhecimentos dos direitos previstos à própria ONU, o que indica a necessidade de que organizações também assegurem o cumprimento dos direitos lá previstos.

Ademais, em duas outras passagens, a DUDH atribui responsabilidade à toda a comunidade:

Artigo XXIV

1. *Toda pessoa tem deveres para com a comunidade, em que o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível.*

Artigo XXX

Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa, do direito de exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destinado à destruição de quaisquer dos direitos e liberdades aqui estabelecidos.

Questão – CESPE/DEPEN – Direitos Humanos e Cidadania – Agente Penitenciário Federal – 2015

Consensualmente considerada um prolongamento natural da Carta da Organização das Nações Unidas (ONU, 1945), a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi aprovada pela Assembleia-geral da ONU em 1948 (Resolução 217-A). O documento reflete o desejo de paz, justiça, desenvolvimento e cooperação internacional que tomou conta de quase todo o mundo após duas grandes guerras no espaço de apenas duas décadas. Com relação a esse assunto, julgue os itens que se seguem.

A DUDH enfatiza o papel da educação para a promoção da tolerância, da amizade e da compreensão entre as nações e grupos raciais e religiosos.

Comentários

A assertiva está **correta**, pois retrata o art. 26, 2, da DUDH:

Artigo XXVI

2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. **A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.**

Questão – CESPE/DEPEN – Direitos Humanos e Cidadania – Agente Penitenciário Federal – 2015

Consensualmente considerada um prolongamento natural da Carta da Organização das Nações Unidas (ONU, 1945), a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi aprovada pela Assembleia-geral da ONU em 1948 (Resolução 217-A). O documento reflete o desejo de paz, justiça, desenvolvimento e cooperação internacional que tomou conta de quase todo o mundo após duas grandes guerras no espaço de apenas duas décadas. Com relação a esse assunto, julgue os itens que se seguem.

Embora afirme que toda pessoa tem direito à nacionalidade, a DUDH reconhece o direito dos governos de, arbitrariamente, privar alguém de sua nacionalidade.

Comentários

Essa é uma assertiva que poderíamos responder sem mesmo conhecer a literalidade dos dispositivos. Privar alguém arbitrariamente de determinado direito não é tolerável num Estado de Direito.

De todo modo, quanto aos direitos de nacionalidade, o art. 15 da DUDH traça apenas uma diretriz geral, enunciando que todos têm o direito a uma nacionalidade, de modo que ninguém será arbitrariamente privado da sua, muito menos obrigado a mudá-la. Vejamos:

Artigo XV

1. Toda pessoa tem **direito a uma nacionalidade**.
2. **Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade**, nem do direito de mudar de nacionalidade.

Logo, a assertiva está **incorreta**.

Questão – CESPE/DEPEN – Direitos Humanos e Cidadania – Agente Penitenciário Federal – 2015

Consensualmente considerada um prolongamento natural da Carta da Organização das Nações Unidas (ONU, 1945), a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi aprovada pela Assembleia-geral da ONU em 1948 (Resolução 217-A). O documento reflete o desejo de paz, justiça, desenvolvimento e cooperação internacional que tomou conta de quase todo o mundo após duas grandes guerras no espaço de apenas duas décadas. Com relação a esse assunto, julgue os itens que se seguem.

A internacionalização dos direitos humanos, objetivo central da DUDH, é uma forma de resposta ao mal absoluto que caracterizou regimes políticos como o nazismo, de que o genocídio promovido em campos de extermínio seria o exemplo mais dramático.

Comentários

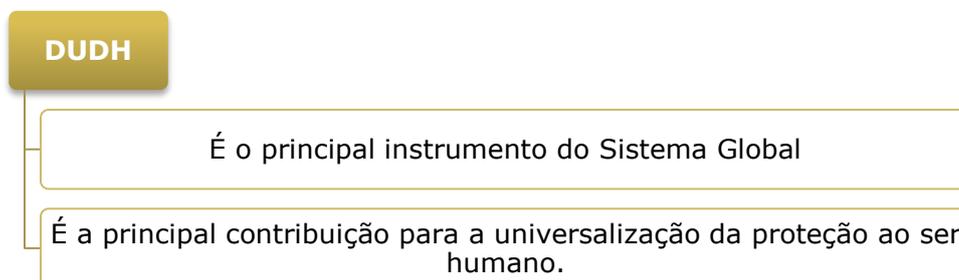
Essa assertiva é muito interessante. A DUDH representa um marco fundamental para os Direitos Humanos. A internacionalização dos Direitos Humanos é marcada, por entre outros motivos, pela estruturação da ONU e pela edição da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

É exatamente esse o ensinamento da doutrina exposta em aula:

Nesse contexto, leciona Sidney Guerra¹:

Consolida-se o movimento da internacionalização dos direitos humanos, no qual as relações dos Estados com seus nacionais deixam de ter apenas o interesse doméstico e passam a ser de interesse internacional, e definitivamente o sistema internacional deixa de ser apenas um diálogo entre Estados, sendo a relação de um Estado com seus nacionais uma questão de interesse internacional.

Devemos memorizar:



Portanto, a assertiva está **correta**.

Questão – CESPE/DEPEN – Direitos Humanos e Cidadania – Agente Penitenciário Federal – 2015

A Constituição Federal de 1988 (CF) simboliza, sob o ponto de vista jurídico-político, a consumação do processo de reconstrução democrática do Brasil. Direitos humanos e direitos fundamentais nela foram inscritos com tal vigor que lhe renderam a denominação de Constituição Cidadã. E nessa perspectiva de fortalecimento do espírito de cidadania que se devem situar programas, instituições e organismos como o terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), a PNPS, o SNPS, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e o Conselho Penitenciário.

De acordo com os dispositivos constitucionais que abordam os direitos humanos e os direitos fundamentais, e considerando os objetivos e as diretrizes dos programas e órgãos acima mencionados, julgue os itens subsequentes.

¹ GUERRA, Sidney. **Direitos Humanos**, 2ª edição, São Paulo: Editora Saraiva: 2014, p. 105.

Compete privativamente ao Poder Executivo propor projeto de lei que obrigue o cidadão a fazer ou deixar de fazer alguma coisa.

Comentários

De acordo com o art. 5º da CF:

*Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à **vida**, à **liberdade**, à **igualdade**, à **segurança** e à **propriedade**, nos termos seguintes: (...)*

*II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de **LEI**;*

Dessa forma, apenas a lei poderá restringir direitos ou obrigar o cidadão a fazer ou deixar de fazer algo. Para saber, entretanto, se tal competência é ou não privativa do Poder Executivo, devemos conhecer o art. 61, §1º, da CF:

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

Desse modo, a assertiva está **incorreta**.

Fora esse aspecto, **acreditamos que essa questão possa ser impugnada, uma vez que cobrou conhecimento fora do edital. Para respondê-la era necessário conhecer a temática afeta ao processo legislativo e às competências do Presidente da República, assunto não exigido diretamente em nosso edital.**

Questão – CESPE/DEPEN – Direitos Humanos e Cidadania – Agente Penitenciário Federal – 2015

A Constituição Federal de 1988 (CF) simboliza, sob o ponto de vista jurídico-político, a consumação do processo de reconstrução democrática do Brasil. Direitos humanos e direitos fundamentais nela foram inscritos com tal vigor que lhe renderam a denominação de Constituição Cidadã. E nessa perspectiva de fortalecimento do espírito de cidadania que se devem situar programas, instituições e organismos como o terceiro

Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), a PNPS, o SNPS, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e o Conselho Penitenciário.

De acordo com os dispositivos constitucionais que abordam os direitos humanos e os direitos fundamentais, e considerando os objetivos e as diretrizes dos programas e órgãos acima mencionados, julgue os itens subsequentes.

A inviolabilidade da correspondência e das comunicações, sejam elas telegráficas, de dados ou telefônicas, constitui direito individual fundamental, razão por que o texto constitucional veda o reconhecimento de exceções ao exercício, desse direito.

Comentários

Para responder a essa questão devemos conhecer o art. 5º, XII, da CF:

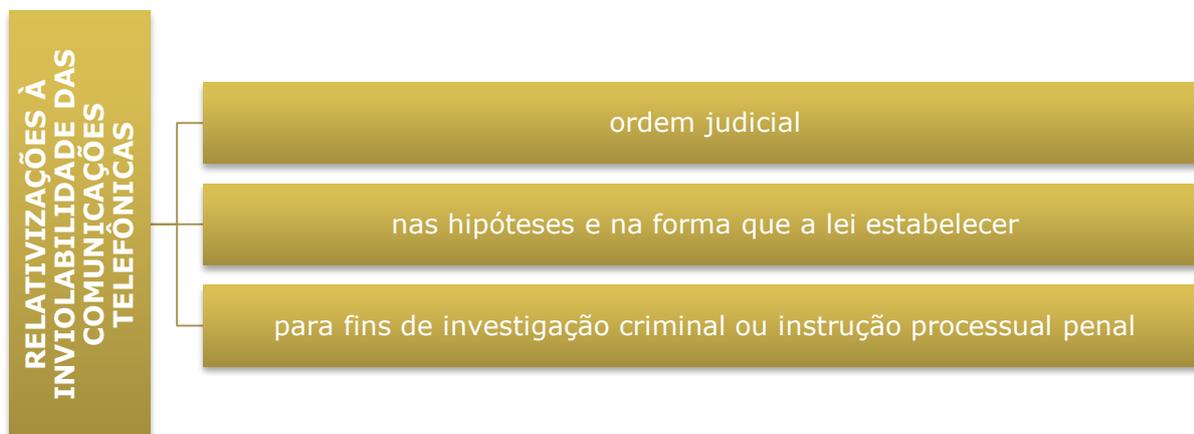
*Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à **vida**, à **liberdade**, à **igualdade**, à **segurança** e à **propriedade**, nos termos seguintes: (...)*

*XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, **SALVO**, no último caso [comunicações telefônicas], por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de **investigação criminal ou instrução processual penal**;*

Esse é um dos mais importantes incisos do art. 5º da CF. Aqui está consagrado o que se denomina de **sigilo das correspondências, comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas**.

Esses direitos, contudo, poderão ser relativizados, o que torna **incorreta** assertiva.

Como reiteradamente estudamos nos incisos do art. 5º, todos os direitos previstos na CF podem ser relativizados. Nesse contexto, por exemplo, **o sigilo das correspondências e das comunicações poderá ser restringido em caso de estado de sítio e defesa** (art. 139, III, e art. 136, §1º, I, ambos da CF). Além de eventuais mitigações previstas ao longo da CF, o próprio inciso XII traz um caso em que **as comunicações poderão ser relativizadas**, conforme esquema abaixo:



Questão – CESPE/DEPEN – Direitos Humanos e Cidadania – Agente Penitenciário Federal – 2015

A Constituição Federal de 1988 (CF) simboliza, sob o ponto de vista jurídico-político, a consumação do processo de reconstrução democrática do Brasil. Direitos humanos e direitos fundamentais nela foram inscritos com tal vigor que lhe renderam a denominação de Constituição Cidadã. E nessa perspectiva de fortalecimento do espírito de cidadania que se devem situar programas, instituições e organismos como o terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), a PNPS, o SNPS, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e o Conselho Penitenciário.

De acordo com os dispositivos constitucionais que abordam os direitos humanos e os direitos fundamentais, e considerando os objetivos e as diretrizes dos programas e órgãos acima mencionados, julgue os itens subsequentes.

A lei penal somente pode retroagir para que o réu seja beneficiado.

Comentários

Tranquila essa assertiva. Para respondê-la é necessário lembrar do inc. XL do art. 5º da CF:

*Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à **vida**, à **liberdade**, à **igualdade**, à **segurança** e à **propriedade**, nos termos seguintes: (...)*

*XL - a lei penal não retroagirá, **SALVO** para beneficiar o réu;*

Esse inciso consagra **vedação à irretroatividade maléfica** e o dever de retroação se for para beneficiar o réu (*in dubio pro reo*).

Logo, a assertiva está **correta**.

Questão – CESPE/DEPEN – Direitos Humanos e Cidadania – Agente Penitenciário Federal – 2015

A Constituição Federal de 1988 (CF) simboliza, sob o ponto de vista jurídico-político, a consumação do processo de reconstrução democrática do Brasil. Direitos humanos e direitos fundamentais nela foram inscritos com tal vigor que lhe renderam a denominação de Constituição Cidadã. E nessa perspectiva de fortalecimento do espírito de cidadania que se devem situar programas, instituições e organismos como o terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), a PNPS, o SNPS, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e o Conselho Penitenciário.

De acordo com os dispositivos constitucionais que abordam os direitos humanos e os direitos fundamentais, e considerando os objetivos e as diretrizes dos programas e órgãos acima mencionados, julgue os itens subsequentes.

Entre outras, assegura-se aos presos a garantia do respeito a sua integridade moral.

Comentários

A assertiva está **correta**, em razão do art. prevê o art. 5º, XLIX, da CF:

*Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à **vida**, à **liberdade**, à **igualdade**, à **segurança** e à **propriedade**, nos termos seguintes: (...)*

*XLIX - é assegurado aos presos o respeito à **integridade física e moral**;*

Questão – CESPE/DEPEN – Direitos Humanos e Cidadania – Agente Penitenciário Federal – 2015

A Constituição Federal de 1988 (CF) simboliza, sob o ponto de vista jurídico-político, a consumação do processo de reconstrução democrática do Brasil. Direitos humanos e direitos fundamentais nela foram inscritos com tal vigor que lhe renderam a denominação de Constituição Cidadã. E nessa perspectiva de fortalecimento do espírito de cidadania que se devem situar programas, instituições e organismos como o terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), a PNPS, o SNPS, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e o Conselho Penitenciário.

De acordo com os dispositivos constitucionais que abordam os direitos humanos e os direitos fundamentais, e considerando os objetivos e as diretrizes dos programas e órgãos acima mencionados, julgue os itens subsequentes.

Estabelecer regras sobre arquitetura e construção de estabelecimentos penais e casas de albergados deixou de ser atribuição do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e passou à esfera dos estados e municípios.

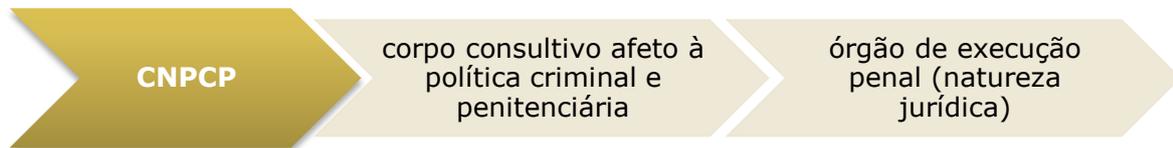
Comentários

Essa questão envolve o art. 64, da LEP, que traz o rol de funções atribuídas ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP). Entre as atribuições desse órgão, destaca-se:

Art. 64. Ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, no exercício de suas atividades, em âmbito federal ou estadual, incumbe: (...)

VI - estabelecer **regras sobre a arquitetura e construção de estabelecimentos penais e casas de albergados**;

Desse modo, a competência é do CNPCCP, órgão consultivo federal responsável pela execução penal. Vejamos:



Portanto, está **incorreta** a assertiva ao afirmar que essa atribuição foi transferida para os estados-membros e municípios.

Questão – CESPE/DEPEN – Direitos Humanos e Cidadania – Agente Penitenciário Federal – 2015

A Constituição Federal de 1988 (CF) simboliza, sob o ponto de vista jurídico-político, a consumação do processo de reconstrução democrática do Brasil. Direitos humanos e direitos fundamentais nela foram inscritos com tal vigor que lhe renderam a denominação de Constituição Cidadã. E nessa perspectiva de fortalecimento do espírito de cidadania que se devem situar programas, instituições e organismos como o terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), a PNPS, o SNPS, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e o Conselho Penitenciário.

De acordo com os dispositivos constitucionais que abordam os direitos humanos e os direitos fundamentais, e considerando os objetivos e as diretrizes dos programas e órgãos acima mencionados, julgue os itens subsequentes.

Os conselhos penitenciários são responsáveis pelo recolhimento, ao estabelecimento prisional, do réu condenado, bem como pelas providências de ordem administrativa relacionadas a esse recolhimento.

Comentários

O Conselho Penitenciário é órgão consultivo e fiscalizador da execução da pena. Lembre-se:



São atribuições do referido órgão:

Art. 70. **Incumbe** ao Conselho Penitenciário:

I - emitir **parecer sobre indulto e comutação de pena, EXCETUADA A HIPÓTESE DE PEDIDO DE INDULTO COM BASE NO ESTADO DE SAÚDE DO PRESO**; (*Redação dada pela Lei nº 10.792, de 2003*)

II - **inspecionar os estabelecimentos e serviços penais**;

III - **apresentar, no 1º (primeiro) trimestre de cada ano, ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, relatório dos trabalhos efetuados no exercício anterior**;

IV - **supervisionar os patronatos, bem como a assistência aos egressos**.

Tal atribuição, portanto, não é do conselho penitenciário. Da leitura da LEP conclui-se que será a autoridade administrativa responsável pela execução da pena nos estabelecimentos após a determinação judicial.

Portanto, a assertiva está **incorreta**.

Finalizamos, assim, os comentários relativos à prova de Direitos Humanos e Cidadania realizado pelo CESPE no concurso do DEPEN.

Bons estudos a todos!

Ricardo Torques

rst.estrategia@gmail.com

<https://www.facebook.com/ricardo.s.torques>

Quem estiver estudando para concursos que envolvam a disciplina de Direitos Humanos, confirmem nossos cursos no *link* abaixo:

**DIREITOS
HUMANOS**

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/cursosPorMateria/direitos-humanos-64/>